



MPF/2ªCCR
FLS. _____

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
2ª Câmara de Coordenação e Revisão

VOTO Nº 6822/2014

PROCESSO Nº 5019993-21.2012.404.7001

ORIGEM: 5ª VARA FEDERAL DE LONDRINA/PR

PROCURADOR OFICIANTE: MARCELO DE SOUZA

RELATOR: JOSÉ OSTERNO CAMPOS DE ARAÚJO

INQUÉRITO POLICIAL. CRIME DE DESCAMINHO (CP, ART. 334). REVISÃO DE ARQUIVAMENTO (CPP, ART. 28, C/C LC Nº 75/93, ART. 62, IV). VALOR DOS TRIBUTOS SUPERIOR A R\$ 10.000,00 E INFERIOR A R\$ 20.000,00. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. INAPLICABILIDADE. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF PARA PROSSEGUIR NA PERSECUÇÃO PENAL.

1. Trata-se de Inquérito Policial instaurado a partir de representação fiscal para fins penais para apurar a prática do crime de descaminho (CP, art. 334), em razão da apreensão de mercadorias sem comprovação de sua regular importação. O valor dos tributos iludidos totalizou R\$ 11.334,76, consoante consta na RFFP.

2. O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito com base no princípio da insignificância, ressaltando que o valor dos tributos, sem incidência de PIS e COFINS, seria de R\$ 8.127,97. Ressaltou que o parâmetro para a aplicação do referido princípio seria o valor de R\$ 20.000,00, em atenção à Portaria MF nº 75/2012.

3. Discordância do Juiz Federal.

4. A Portaria nº 75, de 22/03/2012, do Ministério da Fazenda, determina, em seu art. 1º, o não ajuizamento de execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional cujo valor consolidado é igual ou inferior a R\$ 20.000,00.

5. Contudo, o Superior Tribunal de Justiça, com fundamento nas disposições do art. 20 da Lei nº 10.522/02, aplica o princípio da insignificância ao crime de descaminho, previsto no art. 334 do Código Penal, apenas quando o débito fiscal não é superior a R\$ 10.000,00.

6. Também nesse sentido foi editado o Enunciado nº 49 da 2ª CCR, dispondo que: *“Admite-se o valor fixado no art. 20, “caput”, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00) como parâmetro para a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho, desde que ausente reiteração da conduta”*.

7. No presente caso, conforme consta na representação fiscal para fins penais, o valor das mercadorias foi de R\$ 24.335,22, sendo que os tributos iludidos totalizaram R\$ 11.334,76 (incluindo II, IPI, PIS e COFINS).

8. De acordo com o disposto no Enunciado nº 40 da 2ª CCR *“A COFINS e o PIS/PASEP devem ser computados para aferir insignificância dos delitos de descaminho nos termos do caput, do art. 20, da Lei 10.522/2002, mesmo que haja pena de perdimento dos bens”*.

9. Designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de Inquérito Policial instaurado a partir de representação fiscal para fins penais para apurar a prática do crime de descaminho (CP, art. 334), em razão da apreensão de mercadorias sem comprovação de sua regular importação.

O valor dos tributos iludidos totalizou R\$ 11.334,76, consoante consta na RFFP (fls. 03/04).

O Procurador da República oficiante promoveu o arquivamento do feito com base no princípio da insignificância, ressaltando que o valor dos tributos, sem incidência de PIS e COFINS, seria de R\$ 8.127,97. Ressaltou que o parâmetro para a aplicação do referido princípio seria o valor de R\$ 20.000,00, em atenção à Portaria MF nº 75/2012 e precedentes do STF (fls. 05/08).

O Juiz Federal, por sua vez, discordou das razões do MPF, sob o fundamento de que, em síntese, o melhor critério para aplicação do princípio da insignificância é o valor de R\$ 100,00 (cem reais), previsto no art. 18, § 1º, da Lei Federal nº 10.522/2002, razão pela qual o mencionado princípio não poderia ser aplicado no caso (fls. 01/02).

Os autos vieram a esta 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, nos termos do art. 28 do CPP, c/c art. 62, IV, da LC nº 75/1993.

É o relatório.

O princípio penal da insignificância permite afastar a tipicidade material de condutas que provocam ínfima lesão ao bem jurídico tutelado, fundado na premissa de que *“o direito penal, diante de seu caráter subsidiário, funcionando como ultima ratio, no sistema punitivo, não se deve ocupar de bagatelas”* (NUCCI, Guilherme de S. Manual de Direito Penal. 2ª ed. São Paulo: Ed. RT, 2006, p. 209).

Apesar da inexistência de previsão legal, a jurisprudência pátria tem admitido a descriminalização de conduta por aplicação do princípio da insignificância, consideradas as circunstâncias do caso concreto, exigindo, para tanto, o atendimento de determinados critérios, consoante bem delineado no

julgado do Supremo Tribunal Federal, de relatoria do Ministro Celso de Melo, *verbis*:

“PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA - IDENTIFICAÇÃO DOS VETORES CUJA PRESENÇA LEGITIMA O RECONHECIMENTO DESSE POSTULADO DE POLÍTICA CRIMINAL - CONSEQÜENTE DESCARACTERIZAÇÃO DA TIPICIDADE PENAL EM SEU ASPECTO MATERIAL - DELITO DE DESCAMINHO (CP, ART. 334, "CAPUT", SEGUNDA PARTE) - TRIBUTOS ADUANEIROS SUPOSTAMENTE DEVIDOS NO VALOR DE R\$ 4.541,33 - DOCTRINA - CONSIDERAÇÕES EM TORNO DA JURISPRUDÊNCIA DO STF - PEDIDO DEFERIDO. O PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA QUALIFICA-SE COMO FATOR DE DESCARACTERIZAÇÃO MATERIAL DA TIPICIDADE PENAL. - **O princípio da insignificância - que deve ser analisado em conexão com os postulados da fragmentariedade e da intervenção mínima do Estado em matéria penal - tem o sentido de excluir ou de afastar a própria tipicidade penal, examinada na perspectiva de seu caráter material.** Doutrina. **Tal postulado - que considera necessária, na aferição do relevo material da tipicidade penal, a presença de certos vetores, tais como (a) a mínima ofensividade da conduta do agente, (b) a nenhuma periculosidade social da ação, (c) o reduzidíssimo grau de reprovabilidade do comportamento e (d) a inexpressividade da lesão jurídica provocada - apoiou-se, em seu processo de formulação teórica, no reconhecimento de que o caráter subsidiário do sistema penal reclama e impõe, em função dos próprios objetivos por ele visados, a intervenção mínima do Poder Público.** O POSTULADO DA INSIGNIFICÂNCIA E A FUNÇÃO DO DIREITO PENAL: "DE MINIMIS, NON CURAT PRAETOR". - **O sistema jurídico há de considerar a relevantíssima circunstância de que a privação da liberdade e a restrição de direitos do indivíduo somente se justificam quando estritamente necessárias à própria proteção das pessoas, da sociedade e de outros bens jurídicos que lhes sejam essenciais, notadamente naqueles casos em que os valores penalmente tutelados se exponham a dano, efetivo ou potencial, impregnado de significativa lesividade.** APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA AO DELITO DE DESCAMINHO. - O direito penal não se deve ocupar de condutas que produzam resultado, cujo desvalor - por não importar em lesão significativa a bens jurídicos relevantes - não represente, por isso mesmo, prejuízo importante, seja ao titular do bem jurídico tutelado, seja à integridade da própria ordem social. Aplicabilidade do postulado da insignificância ao delito de descaminho (CP, art. 334), considerado, para tanto, o inexpressivo valor do tributo sobre comércio exterior supostamente não recolhido. Precedentes.” (HC 101074, Relator(a): Min. CELSO DE MELLO, Segunda Turma, julgado em 06/04/2010, DJe-076 DIVULG 29-04-2010 PUBLIC 30-04-2010 EMENT VOL-02399-06 PP-01156 - grifo)

A Portaria nº 75, de 22/03/2012, do Ministério da Fazenda, determina, em seu artigo 1º, o não ajuizamento de execuções fiscais de débitos

com a Fazenda Nacional cujo valor consolidado é igual ou inferior a R\$ 20.000,00, nos termos que se seguem:

O **MINISTRO DE ESTADO DA FAZENDA**, no uso da atribuição que lhe confere o parágrafo único, inciso II, do art. 87 da Constituição da República Federativa do Brasil e tendo em vista o disposto no art. 5º do Decreto-Lei nº 1.569, de 8 de agosto de 1977; no parágrafo único do art. 65 da [Lei nº 7.799, de 10 de julho de 1989](#); no § 1º do art. 18 da [Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002](#); no art. 68 da [Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996](#); e no art. 54 da [Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991](#), resolve:

Art. 1º Determinar:

I - a não inscrição na Dívida Ativa da União de débito de um mesmo devedor com a Fazenda Nacional de valor consolidado igual ou inferior a R\$ 1.000,00 (mil reais); e

II - o não ajuizamento de execuções fiscais de débitos com a Fazenda Nacional, cujo valor consolidado seja igual ou inferior a R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Contudo, o Superior Tribunal de Justiça, com base nas disposições do art. 20 da Lei n. 10.522/02, aplica o princípio da insignificância ao crime de descaminho (CP, art. 334), apenas quando o débito fiscal não é superior a R\$ 10.000,00. Confira-se:

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PENAL. CRIME DE DESCAMINHO. TRIBUTOS ILUDIDOS DE VALOR SUPERIOR A R\$ 10.000,00. LEI Nº 10.522/02. NÃO APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. ADOÇÃO DE PATAMAR DEFINIDO NA PORTARIA MF Nº 75/12. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, quando do julgamento do REsp 1.112.748/TO, da relatoria do e. Ministro Felix Fischer, firmou entendimento segundo o qual é aplicável o princípio da insignificância ao crime de descaminho, desde que o valor do tributo elidido seja inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais).

2. Para a incidência do princípio da insignificância, não é possível aplicar-se o patamar de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) previsto na Portaria MF nº 75/2012, em razão de essa norma infralegal não ser dotada de força normativa apta a modificar ou revogar disposições introduzidas no mundo jurídico por meio de lei em sentido estrito.

3. Na hipótese, o valor dos tributos não recolhidos - Imposto sobre a Importação e Impostos sobre Produtos Industrializados - é de R\$ 11.964,95, montante esse que afasta a possibilidade de aplicação do princípio da insignificância.

4. Agravo regimental desprovido.

(AgRg no REsp 1392411/RS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 18/06/2014, DJe 01/08/2014)

Também nesse sentido, a 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal editou o Enunciado nº 49 da 2ª CCR, dispondo que *“Admite-se o valor fixado no art. 20, “caput”, da Lei nº 10.522/2002 (R\$ 10.000,00) como parâmetro para a aplicação do princípio da insignificância ao crime de descaminho, desde que ausente reiteração da conduta”*.

Assim, não obstante as disposições da Portaria n. 75/2012/MF, deve ser aplicado o entendimento no sentido de reconhecer a insignificância nos crimes de descaminho apenas quando o valor do tributos iludidos não ultrapassar o montante de R\$10.000,00 e, ainda, quando não houver reiteração de conduta.

No presente caso, conforme consta na representação fiscal para fins penais, o valor das mercadorias foi de R\$ 24.335,22, sendo que os tributos iludidos totalizaram **R\$ 11.334,76** (incluindo II, IPI, PIS e COFINS).

De acordo com o disposto no Enunciado nº 40 da 2ª CCR *“A COFINS e o PIS/PASEP devem ser computados para aferir insignificância dos delitos de descaminho nos termos do caput, do art. 20, da Lei 10.522/2002, mesmo que haja pena de perdimento dos bens”*.

Do exposto, voto pela designação de outro Membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Paraná, para cumprimento, cientificando-se o Procurador da República oficiante e o Juízo de origem, com as homenagens de estilo.

Brasília/DF, 16 de setembro de 2014.

José Osterno Campos de Araújo

Procurador Regional da República
Suplente – 2ª CCR/MPF

GB